

**THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS**

**NATALIA BOLFARINI TOGNOLI**

**Organizadores**

**ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO RESPONSÁVEL: PROMOVENDO  
SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS E INCLUSIVAS**



**BELÉM, PA**

**2019**

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

### **Comissão Organizadora**

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)  
Deise Maria Antônio Sabbag  
Natalia Bolfarini Tognoli  
Gilberto Gomes Cândido

### **Presidente da Comissão Científica**

Natalia Bolfarini Tognoli (UFF)

### **Comissão Científica/Conselho Editorial**

Ana Cristina de Albuquerque (UEL)  
André Vieira de Freitas Araújo (UFRJ)  
Benildes Coura Moreira do Santos Maculan (UFMG)  
Brigida Cervantes (UEL)  
Carlos Cândido de Almeida (UNESP)  
Carlos Henrique Marcondes (UFF)  
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)  
Cristina Dotta Ortega (UFMG)  
Daniel Martínéz-Ávila (UNESP)  
Dulce Amélia de Brito Neves (UFPB)  
Evelyn Goyannes Dill Orrico (UNIRIO)  
Fabiano Ferreira de Castro (UFSCAR)  
Fábio Assis Pinho (UPFE)  
Franciele Redigolo (UFPA)  
Giulia Crippa (USP)  
Gustavo Saldanha (IBICT)  
Helen Casarin (UNESP)  
Johanna Wilhelmina Smit (USP)  
José Augusto Chaves Guimarães (UNESP)

Julietti de Andrade (UFF)  
Leilah Santiago Bufrem (UFPR)  
Luciana de Souza Gracioso (UFSCAR)  
Luciane Paula Vital (UFSC)  
Marcílio de Brito (UNB)  
Marcos Luiz Cavalcante de Miranda (UNIRIO)  
Maria Luiza Almeida Campos (UFF)  
Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP)  
Marilda Lopes Ginez de Lara (USP)  
Marisa Bräscher Basílio Medeiros (UFSC)  
Murilo Artur Araújo da Silveira (UFPE)  
Nanci Elizabeth Oddone (UNIRIO)  
Rita do Carmo Laipelt (UFRGS)  
Rogério Sá Ramalho (UFSCAR)  
Renato de Mattos (UFF)  
Renato Sousa (UNB)  
Rodrigo de Sales (UFSC)  
Rodrigo Rabello da Silva (UNB)  
Suellen de Oliveira Milani (UFF)  
Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)  
Vânia Mara Alves Lima (USP)  
Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (UNIRIO)  
Zaira Regina Zafalon (UFSCAR)

**Coordenação Editorial:** Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa, Nilzete Ferreira Gomes, Gilberto Gomes Candido.

**Capa:** Maíra Fernandes Alencar.

**Revisão textual:** Daniel Libonati Gomes e Silvana Bandeira Oliveira.

**Normalização:** os autores

# A Organização do Conhecimento e o Estatuto da Pessoa com Deficiência: desafios e perspectivas sobre o tratamento da informação para pessoas surdas.

*The Knowledge Organization and the Statute of People with Disabilities: challenges and perspectives on the treatment of information for deaf people.*

**Veronica Ribeiro da Silva Cordovil (1), Marivalde Moacir Francelin (2)**

(1) (2) Universidade de São Paulo - USP, Escola de Comunicações e Artes, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Nº 443, Cidade Universitária, São Paulo - SP, Brasil, (1) E-mail: veronicacordovil@usp.br, (2) e-mail: marivalde@usp.br

## Resumo

O presente trabalho reflete sobre os desafios e perspectivas que se colocam para a Organização da Representação do Conhecimento para a consolidação de uma sociedade democrática e inclusiva. A metodologia caracterizou-se como exploratória e descritiva, com delineamento da pesquisa bibliográfica, levantamento e análise sobre o tema. No contexto do objetivo da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil), pretende-se levantar questões sobre a organização e representação da informação para pessoas surdas. O estudo aborda os direitos previstos na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a linguagem de sinais como forma de comunicação e de representação que pode ser disponibilizada e recuperada por diferentes usuários, em diferentes suportes e instituições. Considera-se que os processos e sistemas de Organização do Conhecimento podem promover instituições democraticamente inclusivas, quando rompem as fronteiras rígidas dos cânones e dogmas do conhecimento formalmente estabelecido, diante das necessidades de acesso à informação pela comunidade surda. Espera-se que este estudo contribua para o início de discussão das fronteiras da representação do conhecimento e, principalmente, que se avance da teoria para a prática, na construção de modelos e sistemas de informação aptos a atender todas as pessoas.

**Palavras-chave:** Organização do Conhecimento; Tratamento da Informação; Pessoas com Deficiência; Pessoas Surdas; Inclusão.

## Abstract

This paper reflects on the challenges and prospects for the Organization of the Representation of Knowledge for the consolidation of a democratic and inclusive society. The methodology was characterized as exploratory and descriptive, with a delineation of the bibliographic research, survey and analysis on the subject. In the context of the objective of the International Society for Knowledge Organization (ISKO / Brazil), it is intended to raise questions about the organization and representation of information for deaf people. The study deals with the rights prevailing in Law 13,146 of July 6, 2015, which establishes the Statute of the Person with Disabilities and sign language as a form of communication and representation that can be made available and retrieved by different users, in different supports and institutions. It is considered that Knowledge Organization processes and systems can promote democratically inclusive institutions when they break the rigid boundaries of the canons and dogmas of formally established knowledge in the face of the need for access to information by the deaf community. It is hoped that this study will contribute to the beginning of the discussion of the frontiers of knowledge representation and, above all, that it will advance from theory to practice, in the construction of models and information systems capable of serving all people.

**Keywords:** Knowledge Organization; Treatment of Information; Disabled people; Deaf people; Inclusion.

## 1 Introdução

A preocupação com a informação, do ponto de vista social, está fundamentada nas vertentes paradigmáticas da Organização do Conhecimento, mas ganha

legitimidade na experiência e na prática dos usos, dos fluxos e do tratamento informacional.

O campo científico da Organização do Conhecimento tem demonstrado avanços nas análises sobre questões éticas, sociais e culturais. Por outro lado, temas

específicos como os das pessoas com deficiência precisam de mais pesquisa. Como exemplo, foi realizada uma análise dos anais da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil) (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012; DODEBEI; GUIMARÃES, 2013; GUIMARÃES; DODEBEI, 2015; PINHO; GUIMARÃES, 2017) e em nenhum deles foi encontrado um trabalho específico sobre a temática deste estudo. Apesar de ter representantes nacionais e internacionais de temas sociais e culturais, o tema "pessoas com deficiência" não aparece em nenhum dos trabalhos analisados.

Por isso, considera-se oportuna a abordagem sobre as responsabilidades da Organização do Conhecimento em promover a inclusão e atuar democraticamente no âmbito de uma sociedade justa e igualitária. Diante dessas observações, este estudo propôs a realizar uma pesquisa para apresentar a problemática e um modelo de tratamento de informação para as pessoas surdas.

Assim, este trabalho apresenta uma reflexão sobre os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento frente às questões apontadas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No contexto do objetivo da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento (ISKO/Brasil) de “discutir os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento” pretende-se levantar questões sobre a organização e representação da informação, em especial, o tratamento da informação para a melhorar o acesso à informação para as pessoas surdas.

Os objetivos específicos são: identificar o contexto relativo à pessoa com deficiência e o caso da pessoa surda; compreender a linguagem de sinais como forma de comunicação e representação do conhecimento; destacar aspectos Legislativos pertinentes ao direito de acesso à informação para pessoas com deficiências; identificar processos e sistemas de Organização do Conhecimento que podem promover instituições democraticamente inclusivas, diante das necessidades de acesso à informação pela pessoa surda.

A partir das necessidades de acesso à informação pelos surdos, questiona-se: quais os desafios e perspectivas que se colocam para a organização do conhecimento frente às questões apontadas na Lei da Pessoa com Deficiência para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva?

Para abordar sobre o problema apresentado, a discussão fundamenta-se nos princípios constitucionais de direito e igualdade a partir da compreensão de inclusão apresentada por Mittler (2003), Bonetti (2005) e Ferreira (2006), para os quais a discussão sobre o

tema envolve o processo sociocultural da sociedade brasileira, em especial, da comunidade surda.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos referentes à organização do conhecimento e da informação para melhorar o acesso à informação para as pessoas com deficiência, em especial, para a pessoa surda. O que se pretende é oferecer subsídios introdutórios das questões referentes às pessoas com deficiências e o caso da surdez; os aspectos introdutórios da língua de sinais; os fundamentos legais que amparam as políticas de acesso à informação para estes usuários, de forma a instigar os cientistas da informação a adentrarem na realidade da comunidade surda e pensar meios de representação do conhecimento que possam promover instituições eficazes, sustentáveis e democraticamente inclusivas.

## 2 Pessoa com deficiência e o caso da surdez

O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera pessoa com deficiência (PCD):

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

No caso da deficiência auditiva, é preciso distingui-la da surdez. Chama de deficiência auditiva “[...] a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum [...]” (BRASIL, 1997, p. 31).

Diante disso, a pessoa com deficiência auditiva pode reconhecer o som das palavras através de uma prótese, enquanto os surdos usam a linguagem de sinais para se comunicar e expressar, através de um “[...] sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria [...]” (BRASIL, 2002), oriunda da comunidade de pessoas surdas.

Padden e Humpphries (2000, p.5 *apud* STROBEL, 2008, p. 30) chama de comunidade surda:

[...] um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilhando os objetivos comuns de seus membros e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas surdas [...].

A comunidade surda é constituída por indivíduos surdos e ouvintes que compartilham e lutam por objetivos comuns para que a pessoa surda seja inserida e conviva na sociedade, supra suas necessidades de informações e estabeleça uma comunicação sem ruídos.

Outro conceito importante, neste contexto, é o de cultura, como “[...] um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras e tradições” (PADDEN; HUMPHRIES, 2000, p. 5, *apud* STROBEL, 2008, p. 31).

Conforme o exposto até aqui, fica evidente que compreender a comunidade surda e a cultura surda é primordial, pois, a partir dessas relações são criados sinais e compreendidos os seus significados, de forma que essa comunidade possa se comunicar.

O Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS) é importante neste processo porque é mediador na comunicação da comunidade surda com aqueles que não têm domínio da língua de sinais.

O TILS realiza a transposição da língua de sinais para a linguagem oral (processo de tradução) ou realiza a transposição da língua oral para a língua de sinais (processo de interpretação) e necessita de um amplo conhecimento social e linguístico.

O conhecimento influencia na qualidade de interpretação e tradução do TILS como mediador entre duas culturas e o conhecimento teórico-prático das culturas envolvidas nessa interação é imprescindível (VEDOATO, 2014).

Mas, nem sempre houve interação com as pessoas com deficiências. Os fatores históricos mostram várias fases, da segregação à inclusão.

Para compreender essas fases é importante conhecer os três paradigmas que foram partilhados em diferentes momentos históricos: a institucionalização, os paradigmas de serviços e de suportes, conforme apresentado por Vagula e Vedoato (2014):

No paradigma da institucionalização, as pessoas com deficiências eram retiradas de suas comunidades de origem e mantidas em instituições segregadas (asilos, hospitais, conventos) ou em escolas especiais, longe do convívio social.

O segundo paradigma é o de serviços, cuja ideia principal era de integração. Acreditava-se que era preciso modificar a pessoa com deficiência para que ela se assemelhasse ao máximo possível dos demais cidadãos e assim, poder ser inserida e integrada à sociedade. As instituições (entidades assistenciais, escolas especiais e centros de reabilitação) deixam de ser locais de confinamento e passam a preparar a pessoa com deficiência para o convívio social, para o trabalho e autossuficiência.

O terceiro é o paradigma de suportes, caracterizado pelo pressuposto de que as pessoas com deficiência têm direito à convivência não segregada e o acesso contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Os suportes podem ser de diferentes tipos (social,

econômico, físico e instrumental) com a função de favorecer a construção de um processo que passou a denominar inclusão social, onde as instituições têm que se adaptar a inclusão.

### 3 A Linguagem de Sinais

A linguagem é a base do processo de comunicação, necessário para as atividades mentais como raciocinar e formar conceitos e favorece a capacidade de usar o pensamento para solução de problemas (VEDOATO, 2014).

Fernandes (2003) define linguagem como um sistema de comunicação natural e ou artificial como: linguagem corporal, as expressões faciais, as reações do nosso organismo (o pensamento e os aspectos fisiológicos), o vestir, ou a linguagem de outros animais, códigos de trânsito, a música, as artes, entre outros.

A capacidade de comunicação é semelhante em todos os seres humanos e permite que observem, compreendam, aprendam, experimentem, expliquem o que acontece com ele mesmo ou o que está a sua volta, ainda que existam diferentes línguas.

A língua é o aspecto social da linguagem, pois, é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade linguística e é compreendida como um sistema complexo com regras abstratas e composto por elementos significativos que se relacionam entre si (SAUSSURE, 1991).

Para Vedoato (2014), as línguas são meios pelos quais a linguagem se manifesta e seu desenvolvimento ocorre por meio da interação social. Podem ser orais-auditivas (o canal de recepção é audição e o meio de reprodução é a oralidade) ou espaço-visuais (reproduzidas por sinais manuais e sua recepção é visual).

A língua é uma propriedade coletiva, não individual e só tem razão de existir se for compartilhada.

Reconhecer a existência de uma comunidade linguística de surdos é importante para que se reconheça também a linguagem de sinais utilizada por ela, para melhor explicar esses aspectos espaço-visuais. Fernandes (2003) assevera que a “[...] configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal”, diferenciam a linguagem de sinais da língua oral, dentre outras particularidades, como “[...] a escrita de palavras sempre na letra maiúscula” (VAGULA, 2014, p. 162), bem como o alfabeto manual (datilologia) que é utilizado para traduzir nomes próprios, palavras desconhecidas ou que não exista o sinal determinado.

Os aspectos linguísticos são necessários para entender a representação da informação. Vedoato (2014) apresenta todos os níveis de análise da Libras, ou seja:

- nível fonológico: percebido pelos olhos e produzido pelas mãos, por se tratar de uma modalidade espaço-visual;

- nível morfológico: estrutura interna dos sinais, sintética (resumida), simples ou composta. Por exemplo: “[...] a palavra guarda-chuva que é composta na língua portuguesa na língua de sinais é uma palavra simples”. O contrário, também ocorre “MAÇÃ-LARANJA- DIVERSOS” em língua de sinais corresponde à palavra “FRUTAS” em português”. Outros exemplos: CASA + ESTUDAR = ESCOLA; CASA + CRUZ = IGREJA; CAIXA + GUARDAR + GARFO + FACA + COLHER = FAQUEIRO. Muitas palavras não possuem sinais próprios e para representá-las é utilizada a datilografia (alfabeto manual);

- nível sintático: inter-relações dos elementos estruturais da oração e das regras que regem a combinação de sentenças. Segundo Viotti (2008), a ordem da sentença não está fixada em SVO (sujeito – verbo – objeto) e pode ter um ou mais constituintes acompanhados de alguma marcação não manual. Exemplo: LIVRO, MARIA COMPRAR ONTEM. O objeto na primeira posição da sentença, neste caso, o constituinte livro, deve vir acompanhado de um movimento particular de cabeça e na configuração das sobranças;

- nível semântico-pragmático: envolve a significação e o uso de acordo com o contexto conversacional. Podem aparecer através de ritmo de entonação, expressões faciais, manuais ou corporais.

A análise da informação, através desses níveis, envolve tanto as propriedades relativas aos aspectos físicos quanto as de conteúdo e de significados.

Os aspectos linguísticos interferem nas concepções tradicionais de representação da informação e do conhecimento, pois, na linguagem de sinais as representações ocorrem não apenas pelos signos, mas pela querologia, que corresponde à configuração das mãos, pela datilografia (alfabeto manual) e pela presença do tradutor/intérprete que sinaliza para o usuário/surdo.

A língua de sinais pode ser vista como uma língua natural, que necessita de interação social para a sua aquisição, bem como precisa ser vista como uma linguagem artificial de organização e representação do conhecimento para que possa ser disponibilizada e recuperada por diferentes usuários em diferentes suportes e instituições.

Dentro de sua função social, o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar diferentes acessos ao conhecimento contido na informação.

#### **4 Lei 13.146/2015: a Lei Brasileira de Inclusão e o Direito de Acesso à Informação**

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) com o objetivo de assegurar e promover os direitos da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

Para compreender os objetivos da Lei, destacou-se alguns pontos que podem contribuir para a garantia do acesso de qualidade a recursos, apoio e serviços.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garante o direito à pessoa com deficiências de ter atendimento prioritário nas mais diversas instituições; disponibilização das informações e tradução dos documentos em Libras; janela com intérprete de Libras e a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes, profissionais de apoio; acesso a bens culturais em formatos acessíveis; garantia de melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotada internacionalmente; incentivo à oferta de tecnologias assistivas ou ajuda técnica como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam a funcionalidade, relacionada à atividade e a participação da pessoa com deficiência para sua inclusão social.

O emprego de tecnologias de comunicação e informação deve ser estimulados e garantidos como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Destaca-se que, apesar de muitas bibliotecas brasileiras possuírem espaços acessíveis com tecnologias assistivas, ainda não há uma mediação apropriada por meio de vocabulário controlado para pessoas surdas, por exemplo, ou, nem sempre, há um atendimento especializado, com um profissional que se comunique em Libras.

Frente às questões apontadas, é possível refletir que há desafios que se colocam para a Organização do Conhecimento e a necessidade de novas perspectivas para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.

#### **5 Processos e Sistemas de Organização do Conhecimento e a utilização da LIBRAS para a promoção de instituições inclusivas**

A Organização do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, é focada nas atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada (PINHO, 2009), para possibilitar ao cidadão a ampliação de seus conhecimentos e possui papel essencial para a democratização do acesso à

informação, com foco nas mais variadas necessidades informacionais dos usuários.

A representação do conhecimento, por sua vez, é o produto da organização do conhecimento. Segundo Bräscher e Café (2010) “[...] ela é fruto de um processo de análise de domínio e procura refletir uma visão consensual da realidade que se pretende representar”.

A representação deve ser construída para determinada finalidade através de instrumentos e operações como linguagens documentárias alfabéticas e hierárquicas, sistemas de classificação, tesauros, taxonomias, os cabeçalhos de assuntos, dentre outros.

Para representar é necessário utilizar diversos recursos capazes de simbolizar a realidade. Representar significa “[...] utilizar elementos simbólicos - palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros - para substituir um objeto, uma ideia, ou um fato” (LIMA; ALVARES; 2012. p.21).

Os elementos simbólicos, além de representar as informações, são utilizados no momento da recuperação, do processo de busca para a localização dos itens de informação que foram armazenados em sistemas de informação com a finalidade de permitir o acesso dos usuários de acordo com suas necessidades.

Para melhorar os processos de representação e de recuperação são utilizados vocabulários controlados com listas pré-definidas de termos ou códigos, cada um representando um conceito. Tesauros e listas de cabeçalho de assuntos são exemplos de vocabulários controlados.

O Vocabulário Controlado do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI/USP), por exemplo, é abrangente e diversificado. Pode ser utilizado para a representação do conteúdo de recursos de informação de diferentes sistemas de informação. Ele pode ser consultado pela sua macroestrutura, que contém as relações entre as áreas do conhecimento, as subáreas e a terminologia propriamente dita. Possibilita consultas pela Lista Alfabética de Assuntos e a Lista Sistemática ou Hierárquica e os assuntos podem ser complementados e especificados por tabelas auxiliares, sendo elas: a Tabela de Qualificadores, Tabela de Locais Geográficos e Históricos, Tabela de Gênero e Forma, Tabela de Profissões e Ocupações. Utiliza Nota de Escopo como nota explicativa que aparece ao lado de alguns termos.

Ao buscar por DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO, através da ordem hierárquica de assuntos, tem-se a seguinte informação (figura 1):

⇒ CH751 - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
 ⇒ CH751.5 - INFORMAÇÃO  
 ⇒ CH751.5.10 - DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ⇐

Figura 1: Nota de escopo

Fonte: Vocabulário controlado da USP

Ao lado do termo “DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO” aparece um ícone com a seguinte nota de escopo:

“Democratização da Informação é uma questão que discute a ampliação do acesso tanto à recepção quanto à emissão de informação, a sua democratização e do conhecimento”.

O conjunto que define o termo, através da nota explicativa, depende sistematicamente do conteúdo semântico e amplia a compreensão do termo pelo usuário, de acordo com o assunto, para satisfazer uma necessidade de informação.

Contudo, legitimados na experiência e na prática de uso das informações, observa-se que as pessoas surdas têm dificuldades de acesso à informação, de localizar a base de dados e até de compreender a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos linguísticos e informáticos dos processos de representação do conhecimento, que são produzidos com base nos cânones e dogmas do conhecimento formalmente construído, com uma normativa positivista de descrição única da realidade, sem considerar os detalhes das diferentes culturas e comunidades.

Ao aproximar dos conhecimentos sobre deficiências e a surdez e relacioná-los à possibilidade de se estabelecer, por meio da linguagem de sinais, instrumentos de organização e representação do conhecimento, também se torna possível a ampliação de discussões teóricas e práticas dentro da área da Organização e Representação do Conhecimento para a promoção de instituições inclusivas.

## 6 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, além do delineamento da pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise documental sobre o tema registrados em artigos, livros, teses, dissertações e na legislação, capazes de abarcar a temática desenvolvida.

Os termos utilizados na busca bibliográfica enfocaram as palavras-chave: Lei 13.146; Estatuto da Pessoa com deficiência; Inclusão; Língua Brasileira de Sinais; Surdo; Acesso à Informação; Tecnologia Assistiva ou Ajuda Técnica; Tecnologias de Informação e Comunicação; Surdez; Bilinguismo; Tradução; Interpretação; Processos e Sistemas de organização; Tratamento; Representação da Informação; Ciência da Informação.

A partir da análise de diferentes tipos de representação de informação para pessoas surdas, como os sinalários de Libras (conjunto de expressões em Libras), manuais de sinais, vocabulário ilustrado em Libras e do Vocabulário Controlado da SIBI/USP, visa-se a

proposição de um modelo de vocabulário controlado, onde os termos apareçam na relação de “Assuntos em Ordem Alfabética”, com a seguinte descrição: “Assunto”, representado por termos e imagens; “Representação em linguagem de sinais”; e, “Código”.

Além disso, sugere-se acrescentar na nota de escopo à linguagem de sinais, com a configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal e logo abaixo, a nota de escopo em Língua Portuguesa.

Do ponto de vista teórico da Organização do Conhecimento, o problema de pesquisa centrou-se no pressuposto básico para a questão da organização do conhecimento para a inclusão social da pessoa com deficiência, em especial da pessoa surda, a partir da linguagem de sinais como forma de representação da informação, que pode ser inserida na área da Organização do Conhecimento, por meio de um sistema linguístico de natureza visual-motora.

## 7 Resultados

Para reconhecer a linguagem de sinais como forma de representação do conhecimento é preciso compreender os aspectos do sistema linguístico de natureza visual-motora, pensando no usuário e no objetivo de diminuir a barreira de representação e comunicação entre ouvintes e surdos.

A linguagem deve ser adequada à comunidade para garantir o acesso à informação.

O “Vocabulário Ilustrado de Saúde em Libras” (figura 2) demonstra uma iniciativa institucional importante na área de saúde por servir de apoio ao atendimento de pacientes surdos (figura 2).



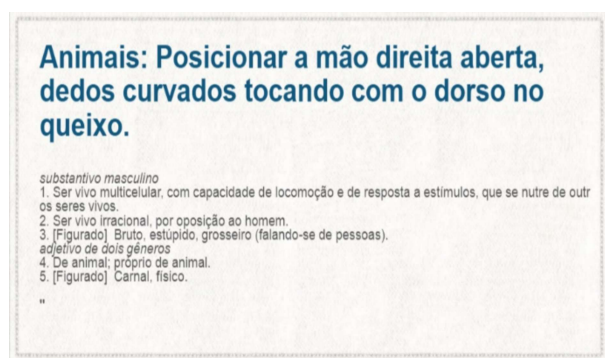
Figura 2: Vocabulário Ilustrado de Saúde em LIBRAS  
Fonte: Iguma e Pereira (2010)

Este vocabulário ilustrado representa as doenças e os procedimentos médicos, traz a figura do tradutor/intérprete e as setas que indicam como o movimento da mão deve ser feito. Na figura 2, o TILS está representado, consecutivamente, uma máscara, medicamento (em gota), medicamento (em comprimido) e microscópio.

Outro exemplo, é o Sinalário em Libras. O Sinalário ilustra as diferentes formas de representação da informação através de signos (forma e conteúdo), acrescidos de interpretação através da linguagem de sinais, com destaque a configuração das mãos, que assumem formas diferentes durante a realização do sinal, bem como pelas indicações das setas que mostram o movimento das mãos representando seu deslocamento no espaço, a expressão facial que ajuda a dar o sentido dos sinais, bem como o alfabeto manual (datilologia).

O Sinalário de animais (figura 3) apresenta notas de escopo, com a configuração das mãos, ponto de articulação, movimento das mãos, orientação/direção das mãos e expressão facial/e ou corporal e logo abaixo, a nota explicativa em Língua Portuguesa. Há uma hierarquia entre os termos: ABELHA, pela ordem hierárquica de assuntos, está relacionada a ANIMAIS. Encontra-se a configuração das mãos, pela datilologia (alfabeto manual) e a representação da ABELHA através da imagem.





Abelha

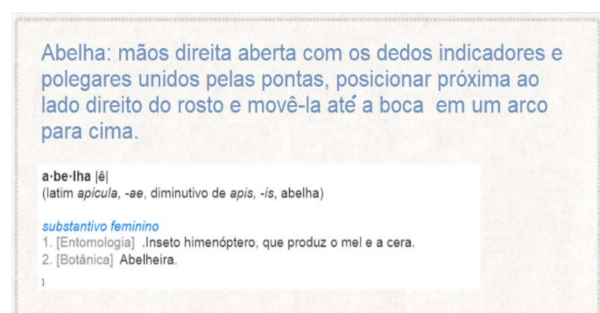


Figura 3: Sinalário de animais em Libras  
 Fonte: Dutra (2016)

Acredita-se que esses instrumentos contribuíram para fazer uma reflexão sobre o estudo do vocabulário controlado e a linguagem de sinais.

Os diferentes tipos de tratamento e representação da informação têm por finalidade principal coincidir a linguagem do usuário com a do indexador. Para atender a pessoa surda é preciso substituir códigos não só por termos ou frases na operação de codificação, mas também por imagens, desenhos, mímicas.

Observou-se, por exemplo, que no Vocabulário Controlado SIBi/USP, os termos “ABACATE” e “ABACAXI” aparecem na relação de “Assuntos em Ordem Alfabética”, com a seguinte descrição: “Assunto”; “Código da Macroestrutura”; “DEDALUS” [1], “HIERÁRQUICO”.

Para que esse vocabulário controlado atenda a pessoa surda, no campo “assunto” poderia ser incluída a imagem que representa este “assunto” e a representação em linguagens de sinais, além do código, conforme figura 4, que mostra um modelo construído para representar a linguagem de sinais em um Vocabulário Controlado.

ASSUNTO	LIBRAS	CÓDIGO
---------	--------	--------

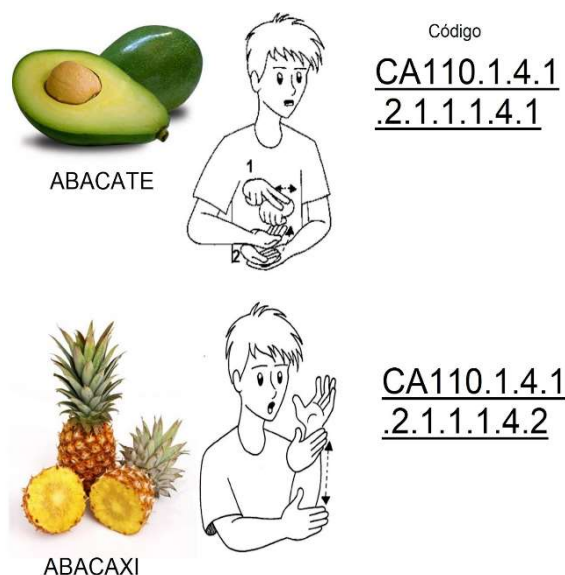


Figura 4: Vocabulário controlado em linguagem de sinais

A nota de escopo também pode ser inserida de duas maneiras. A primeira informando a descrição do posicionamento das mãos e a segunda com a descrição do objeto, como demonstrado na figura 3, do Sinalário de animais.

Neste contexto, o estudo sobre a linguagem de sinais encontra-se dentro do escopo da Organização do Conhecimento por ser esta uma área que investiga os problemas voltados ao propósito social inclusivo da organização do conhecimento e de seus registros para o uso e atendimento das necessidades de informação dos diferentes usuários.

## 8 Conclusão

A representação do conhecimento pode ser uma forma de exclusão quando somente atribuída aos cânones e aos dogmas do conhecimento formalmente legitimado, mas também é uma forma de inclusão quando tomada por um viés que entende o conhecimento como algo além das barreiras e das fronteiras rigidamente estabelecidas. A representação do conhecimento, na perspectiva política e social da Organização do Conhecimento, propõe-se um questionar dimensionado pelos contextos culturais e de ensino, mas não se reduz a eles porque tem a seu favor conquistas importantes, como a própria Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, apresentada e discutida ao longo deste trabalho.

As instituições podem garantir formas de apoiar o uso e difusão da linguagem de sinais como meio de comunicação e representação da informação para a comunidade surda, através de processos de geração, tratamento e disseminação da informação e sistemas que permitam interfaces favoráveis ao acesso e uso das informações por pessoas com deficiências, utilizando a Libras e a contribuição dos tradutores/intérpretes como formas de garantir esse acesso às informações.

O emprego de tecnologias de comunicação e informação são instrumentos importantes para superar as limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação, à cultura e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Espera-se que este seja o início de discussão das fronteiras da representação do conhecimento e, principalmente, que se avance da teoria para a prática, na construção de modelos e sistemas de informação aptos a atender qualquer tipo de pessoa, em especial, as pessoas com deficiências. Estima-se que este venha ser o propósito social e inclusivo da Organização do Conhecimento.

## Notas

[1] Banco de Dados da Universidade de São Paulo

## Referências

- BONETTI, Nilva. Leis de diretrizes e bases e suas implicações na formação de professores de educação infantil. *In*: ALITINO FILHO, José Martins. (org.). **Criança pede respeito: temas em educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, p. 109 -147, 2005.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou do conhecimento? *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 87-103. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2017/06/LIVRO-Temas-de-Pesquisa-em-Ci%C3%Aancia-da-Informa%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2002]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: 27 out. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 26 out. 2018.
- Brasil. Secretaria de Educação Especial Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. - Brasília: SEESP, 1997.
- DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Complexidade e organização do conhecimento, desafios de nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2).
- DUTRA, Renata. **Sinalário de animais em Libras**. 2016.
- FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FERREIRA, Windyz B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. *In*: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- GIUSEPPE, Rinaldi et al. Educação Especial Deficiência Auditiva. **Secretaria de educação**, 1997. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002295.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 1).
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3).
- IGUMA, Andréa; PEREIRA, Claudia Barbosa. **Saúde em Libras: vocabulário ilustrado - apoio para atendimento ao paciente surdo**. 1ed. São Paulo: Áurea Editora, 2010.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in america: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4).
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Inclusão no ensino regular: desafios e perspectivas. *In*: VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti (org.). **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina: UNOPAR, p. 1-20, 2014.
- VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. Deficiência auditiva versus surdez: a Libras e o TILS. *In*: VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti (org.). **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais / Org. Edilaine Vagula, Sandra Cristina Malzinoti Vedoato – Londrina: UNOPAR, p. 135-173, 2014.**

VIOTTI, Evani. **Introdução aos estudos linguísticos.**  
Florianópolis, SC: Universidade Federal De Santa  
Catarina, 2008.